

Pico de consumo de energia e seca no Norte acendem sinal de alerta¹

Rafael Bitencourt²

A segurança do abastecimento de energia no “horário de ponta” volta a preocupar autoridades do setor, o que fica demonstrado em troca de ofícios nos últimos dias entre Operador Nacional do Sistema (ONS), Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O pico de consumo nesta época do ano, entre 18h e 19h em dia útil, ocorre quando a geração solar encerra a curva de declínio. Essa situação, que já era observada com atenção desde o início do ano, se agravou com a estiagem que afeta importantes hidrelétricas.

Na região Norte, a seca atinge três usinas da Amazônia: Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. Cada uma delas tem entregue volumes inferiores ao esperado.

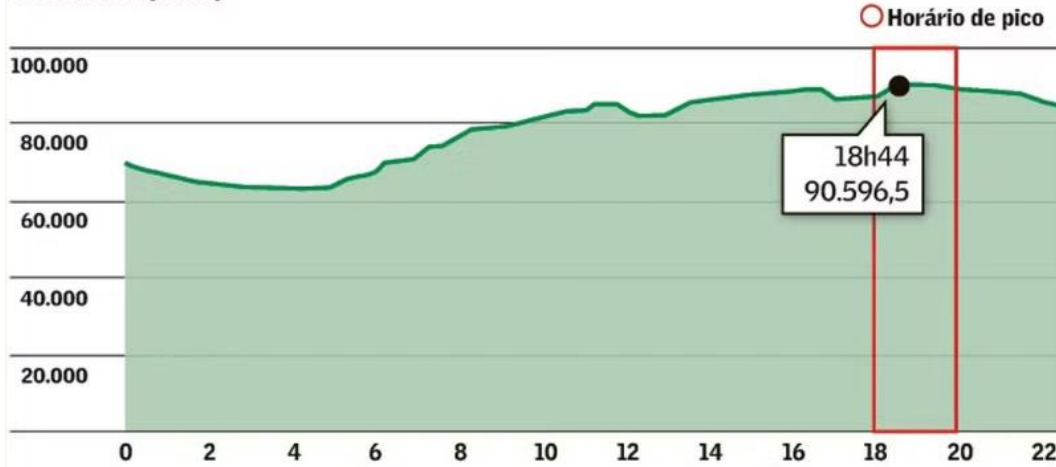
¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/08/21/pico-de-consumo-de-energia-e-seca-no-norte-acendem-sinal-de-alerta.ghtml>. Acesso em: 21 de ago. de 2024.

² Jornalista do Valor Econômico.

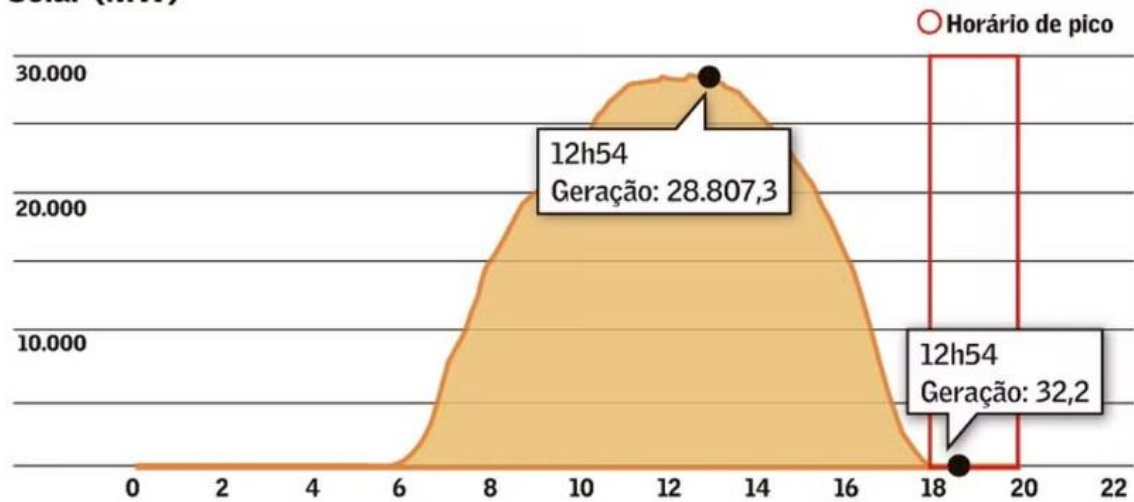
Em choque

Rampa de entrada e saída da energia solar no sistema desafia ONS

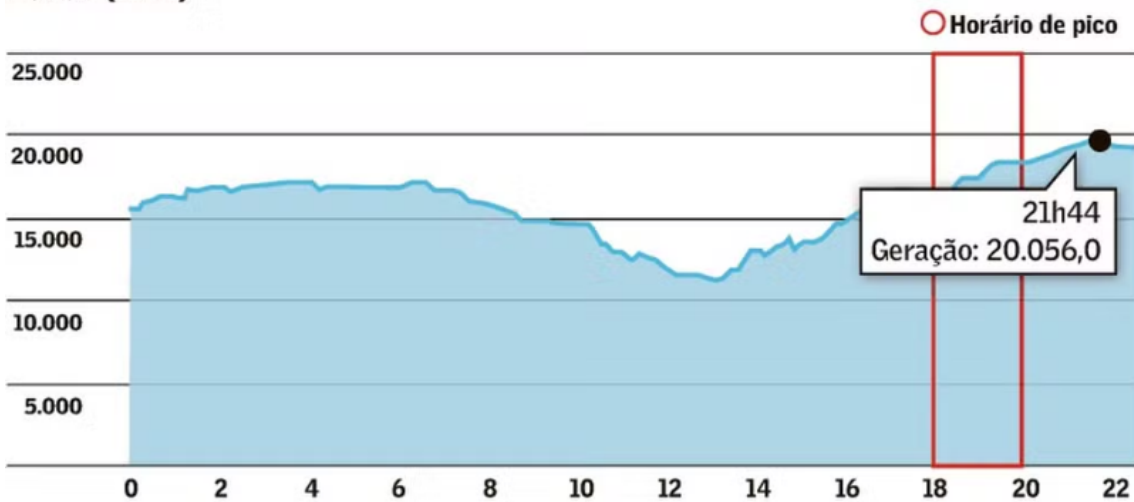
Demanda (MW)

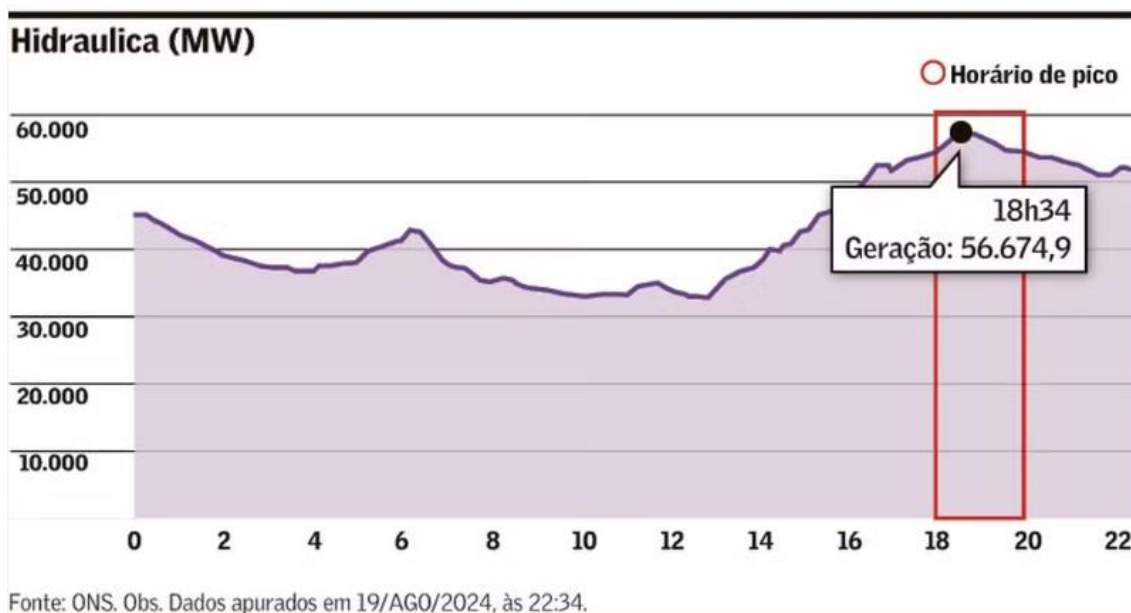


Solar (MW)



Eólica (MW)





Esse desafio de operação foi reportado pelo ONS ao Ministério de Minas e Energia em ofício obtido pelo Valor.

“Identificamos uma degradação das condições de atendimento decorrente da escassez hídrica na região Norte do país, levando a uma menor disponibilidade hidráulica nas usinas daquela região, cuja contribuição para o atendimento da ponta de carga é fundamental”, registrou o diretor-geral Marcio Rea, no documento.

No ofício, o ONS indica que, se nada for feito, “há perspectiva de esgotamento dos recursos para atendimento da ponta de carga no mês de outubro de 2024 e invasão da reserva operativa (RO) nos meses de novembro e dezembro de 2024”. Um técnico de referência no setor explicou, ao Valor, que essa “reserva operativa” representa o último recurso a ser acionado apenas em situações de contingência.

Procurado, o ONS reconheceu que, já na segunda-feira, o sistema enfrentou um dia atípico, que levou o custo marginal de operação (CMO) a R\$ 1.248 por megawatt-hora (MWh). Isso, frisou, é justificado pelo “aumento da demanda e a menor disponibilidade de recursos hidráulicos, especialmente das usinas situadas no Norte do Brasil, situação esperada no decorrer da travessia do período seco”.

Ontem (20), o operador ressaltou que “não há qualquer problema de atendimento energético e que o Sistema Interligado Nacional (SIN) dispõe de recursos suficientes para atender a demanda por energia (...), não havendo risco de desabastecimento”.

Como solução para a demanda no horário de ponta, o órgão propôs a antecipação do suprimento da Termopernambuco, da Neoenergia, a partir de outubro de

2024. A térmica foi contratada no leilão de reserva de capacidade de potência, em 2021. Essa energia só seria entregue em 2026.

Ao Valor a Aneel informou que “já iniciou a instrução processual” para garantir o acionamento da usina o quanto antes.

Sobre a possibilidade de dar início à operação da usina, com 500 MW de potência, o grupo Neoenergia informou que o seu ativo está à disposição do sistema. “A Termopernambuco está pronta para atender ao pedido do Ministério das Minas e Energia e do Operador Nacional do Sistema (ONS)”, destacou, reforçando que “a operação da usina é necessária à manutenção da segurança do sistema elétrico brasileiro”.

Na segunda-feira, a geração solar entregava quase 30 gigawatts (GW) entre meio-dia e 13h. Este volume caiu, às 18h30, para menos de 50 MW, o que inclui a geração própria de energia pelo consumidor com painel solar (GD). No instante seguinte, às 18h44, o consumo no país já se aproximava do seu patamar máximo no dia: 90,6 GW.

O ONS tem se deparado com situações onde conta com energia contratada de sobra, mas sem “potência” para garantir que não haverá corte de carga (blecaute) relacionado à variação na entrega de energia pelas fontes renováveis.

Mesmo com grande produção, as usinas eólicas não garantem segurança dadas as oscilações na entrega, que variam a todo momento com a intensidade dos ventos. Nestes casos, resta ao operador recorrer a todo e qualquer tipo de geração “firme” disponível, como hidrelétricas e térmica convencional ou nuclear, que entregam energia sem variações (veja quadro acima).

O ex-diretor do ONS Luiz Carlos Ciochi, que comandava a instituição até maio, afirma que este cenário vem se constituindo desde o início do ano, e tende a se agravar. “Hoje, a geração solar já está em 25 GW e, daqui a três, quatro anos, vai chegar a 50 GW. Essa é a previsão”, alertou.

Dada a necessidade de ter que acionar fontes de geração mais caras até o fim do ano, especialistas do setor já dão como certo o acionamento da bandeira, pelo menos, amarela em setembro e outubro, com cobrança adicional de R\$ 1,88 a cada 100 kilowatt-hora (kWh) na fatura.

“Com certeza, vamos ter que subir a bandeira [sair da cor verde] porque essa intermitência vai prevalecer até o início do período úmido, quando começa a chover e, então, teremos mais reservatórios para fazer esse ajustes”, disse o Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel-UFRJ).